



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO



“Eu só fui ocupando”: Violência Política de Gênero em narrativas de reitoras de instituições federais

“I Just Kept Occupying”: Gender Political Violence in the narratives of female presidents of federal institutions

Carolina Giordano Bergmann ¹
 Miriam Pillar Grossi ²

RESUMO

Este artigo analisa a violência política de gênero enfrentada por reitoras da Rede Federal e Universidades Federais. Por meio de entrevistas e etnografia, discutem-se as violências sofridas por essas mulheres, como práticas de deslegitimação e uso de *fake news*. Conclui-se que a permanência no cargo constitui ato de resistência na política acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Política de Gênero. Reitoras. Rede Federal. Gênero e Política.

ABSTRACT

This article analyzes the gender political violence faced by women rectors of the Federal Network and Federal Universities. Through interviews and ethnography, the forms of violence suffered by these women are discussed, such as delegitimization practices and the use of fake news. It is concluded that remaining in office constitutes an act of resistance in academic politics.

KEYWORDS: Gender Political Violence. Women Rectors. Federal Network. Gender and Politics.

* * *

Introdução

O presente artigo constitui um recorte da minha tese de doutorado intitulada “*Eu nunca pedi licença para estar nesses espaços. Eu só fui ocupando*”: Reitoras na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, defendida no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC e que apresentei no 2º Seminário Observatório Caleidoscópio

¹ Instituto Federal Catarinense, Brasil. E-mail: carolina.bergmann@ifc.edu.br

² Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: miriamgrossi@gmail.com

Coordenação Sul-Sudeste, realizado no dia 21 de maio de 2025³. A pesquisa original teve como objetivo central compreender a participação das mulheres no campo científico e político-acadêmico, analisando as trajetórias que as levaram ao cargo máximo de gestão em um contexto historicamente masculino. Ao longo do percurso investigativo, porém, surgiu o tema das violências enfrentadas por essas mulheres no exercício do poder.

Trago para esse artigo a discussão específica das manifestações da violência política de gênero (VPG) e outras formas de silenciamento e deslegitimação vivenciadas pelas reitoras. Para compor este cenário, lanço mão de uma metodologia que articula diferentes fontes e escutas, reunindo um grupo de mulheres que ocupam ou ocuparam a reitoria em instituições públicas federais. A análise aqui apresentada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, que articulou etnografia de eventos, análise documental e entrevistas semiestruturadas com reitoras de Universidades Federais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal)⁴.

Embora existam pesquisas sobre a atuação de mulheres na gestão universitária que analisam suas trajetórias, o enfrentamento ao teto de vidro e as relações de poder nesses espaços (Moraes, 2008; Campello, 2011; Lima, 2018; Herrera, 2019; Pimenta, 2019), nem sempre esses trabalhos utilizam a categoria da violência política para explicar as dificuldades enfrentadas por essas reitoras. Por outro lado, as pesquisas que aprofundam o conceito de Violência Política de Gênero (VPG) costumam focar nas esferas da política partidária, nos espaços parlamentares ou no contexto político geral (Ferreira; Rodrigues; Cunha, 2021; Franco, 2022; Souto; Souto, 2022).

Dessa forma, esse estudo evidencia sua originalidade ao preencher a lacuna na intersecção dessas duas temáticas. Ao trazer o debate da Violência

³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IMnh-etZdvs>.

⁴ Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por “661 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais (IFs), 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II (CPII)” (MEC, 2018a). Nesta pesquisa o foco serão os 38 IFs, os 02 CEFETs e o Colégio Pedro II, totalizando 41 instituições da Rede Federal.

Política de Gênero para o interior da política acadêmica, este artigo mostra como as estratégias de intimidação (como *fake news*, assédios e interrupções sistemáticas) operam não apenas no parlamento, mas também nas disputas e no exercício do cargo de reitora na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Para dar conta dessa complexidade, a pesquisa reuniu três grupos distintos de interlocutoras: reitoras que participaram de eventos acadêmicos públicos, as reitoras “pioneiras” da criação da Rede Federal em 2009 e reitoras da Rede Federal que estiveram no exercício do cargo entre 2021 e 2024. Os procedimentos detalhados de coleta, os critérios de seleção e o tratamento analítico desses dados estão descritos na seção metodológica.

Neste artigo, apresento esses diferentes relatos para analisar como a violência opera como um mecanismo de manutenção de poder, buscando inibir, enfraquecer ou afastar as mulheres da política acadêmica. Não se trata apenas de descrever as agressões, mas de visibilizar as estratégias de permanência construídas por essas reitoras em espaços onde elas “nunca pediram licença” para estar.

1 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo interdisciplinar e de natureza qualitativa, inserido no campo de estudos de gênero, ciência, poder e política. Adotou-se a perspectiva da interdisciplinaridade por compreender que o problema da Violência Política de Gênero (VPG) na academia exige uma integração de áreas para produzir uma compreensão abrangente. Enquanto pesquisadora, transito entre fronteiras, entre mundos de conhecimento para articular a realidade das reitoras.

O universo da pesquisa compreende as 41 instituições da Rede Federal (38 Institutos Federais, 2 CEFETs e o Colégio Pedro II) e as Universidades Federais (UFs). As interlocutoras foram organizadas em três grupos distintos, que foram ouvidas por meio de diferentes estratégias metodológicas:

Participantes de Eventos (Etnografia de eventos): Entre 2021 e 2025, foram acompanhadas 381 atividades (presenciais e virtuais), incluindo mesas-redondas, seminários, congressos, palestras e premiações. Deste grupo, foram analisadas especificamente as falas públicas de oito reitoras de Universidades Federais (como as das instituições UnB, UFRJ, UFMG, UFCSPA, UFOP e UFSCAR) e gestoras da Rede Federal (como as do IFB e IF Sertão PE). Foi a partir da escuta dessas mulheres, especialmente das oito reitoras das UFs, que tive o primeiro contato com o tema das violências.

Reitoras Pioneiras (Análise Documental): Composto pelas seis primeiras mulheres nomeadas reitoras *pró-tempore* em 2009, no ato de criação dos Institutos Federais. Este grupo representa a totalidade das mulheres nomeadas para o cargo máximo no momento da implantação da Rede Federal. Para acessar as memórias e experiências dessas gestoras, utilizei a análise documental, debruçando-me sobre os depoimentos registrados no livro “Institutos Federais dos Brasileiros: A história contada por quem fez”⁵ (Silva, 2023), além de entrevista realizada com uma delas. Os relatos destas pioneiras são fundamentais para entender a presença feminina na construção da institucionalidade da Rede Federal.

Reitoras da Rede Federal (Entrevistas 2021-2024): Grupo formado pelas reitoras que estiveram no exercício do cargo entre 2021 e 2024. Deste grupo, realizei entrevistas semiestruturadas com sete delas. Os critérios de seleção buscaram garantir diversidade de localização geográfica (contemplando todas as regiões do país), raça/cor (autodeclaração) e tempo de mandato. O perfil das entrevistadas abrange áreas de formação diversas, como Agronomia, Administração, Engenharia, Física, Letras, Pedagogia e Química. Nessas entrevistas também surgiram relatos sobre as violências sofridas, desde ataques durante as campanhas eleitorais, envolvendo *fake news* e tentativas de

⁵ Disponível em https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf.

desestabilização emocional, até práticas de machismo cotidiano na gestão, como *mansplaining*⁶, *maninterrupting*⁷ e *gaslighting*⁸. O termo *mansplaining* “(...) é uma junção de *man* (homem) e *explaining* (explicar). Consiste em uma fala didática direcionada à mulher, como se ela não fosse capaz de compreender ou executar determinada tarefa, justamente por ser mulher” (Stocker; Dalmaso, 2016, p. 684). Já o *gaslighting* “é o termo utilizado para se referir à violência emocional por meio de manipulação psicológica, que leva a mulher e todos ao seu redor acharem que ela enlouqueceu ou que é incapaz” (Stocker; Dalmaso, 2016, p. 683). O termo *maninterrupting* também tem origem no inglês, juntando a palavra *man* (homem) e *interrupting* (interrompendo) e “diz respeito ao comportamento masculino de interromper mulheres no meio de suas falas, não permitindo a conclusão do raciocínio” (Ferreira, 2022, p. 41).

1.1 Procedimentos de Coleta e a Etnografia

A pesquisa articulou a etnografia de eventos para registrar detalhadamente interações e discursos públicos, utilizando o diário de campo para captar tanto a objetividade dos fatos quanto a subjetividade da pesquisadora.

Usei a etnografia com o objetivo de registrar detalhadamente as falas das pessoas que participaram dos eventos assistidos, bem como as interações que ocorriam nesses espaços e as minhas percepções dessas dinâmicas, dos conteúdos divulgados e as minhas ideias e sentimentos que surgiram desta interação entre pesquisadora e pesquisadas. Neste processo o olhar da pesquisadora recai no indivíduo, nas suas interações, suas ideias, suas ações

⁶ Homens explicando o óbvio para mulheres.

⁷ Homens interrompendo constantemente mulheres.

⁸ Forma de manipulação na qual o agressor distorce a realidade para fazer a mulher duvidar de sua própria percepção ou sanidade.

e sentimentos. É a partir deste olhar individualizado para as sujeitas da pesquisa que busco entender as práticas comuns entre as sujeitas.

Nesta pesquisa a participação em eventos foi uma metodologia importante para o levantamento de dados sobre a presença das mulheres no campo científico e político, principalmente porque quando a pesquisa começou ainda estávamos vivenciando a pandemia da COVID-19 e a grande parte dos eventos ainda acontecia de forma remota/online. Foi através dessa participação nos eventos que se pode inicialmente elencar as principais questões abordadas nos campos da pesquisa.

Eu assisti e etnografei mesas redondas, debates e eventos acadêmicos (presenciais e virtuais) em que as reitoras discutiram publicamente os desafios da liderança feminina na ciência e na política acadêmica. O critério adotado para a escolha dos eventos assistidos foi a relação dele com o tema da pesquisa. Desta forma, esses eventos podem ser divididos nas temáticas a seguir:

- eventos específicos sobre mulheres no campo científico;
- eventos sobre gênero;
- eventos específicos sobre mulheres no campo político;
- outros eventos com temáticas diversas, em que se destacam as premiações por mostrarem dados atuais da representatividade das mulheres nas situações de destaque acadêmico e científico e no financiamento da ciência no Brasil

Com relação às entrevistas, o acesso às entrevistadas ocorreu por meio da técnica “bola de neve”, mediada por uma “indivíduo-chave”, uma reitora que facilitou o contato inicial via um grupo de WhatsApp restrito às gestoras. As entrevistas foram gravadas e transcritas com auxílio das ferramentas *Pinpoint* e *oTranscribe*, garantindo a fidelidade dos relatos.

1.2 Aspectos Éticos da pesquisa

A pesquisa seguiu protocolos éticos, estando vinculada ao projeto de doutorado da autora no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para garantir o anonimato e o sigilo em um universo restrito onde as participantes se conhecem, as reitoras entrevistadas foram identificadas por pseudônimos. Informações que pudessem identificar as instituições foram omitidas ou colocadas entre colchetes. Ressalta-se que as reitoras pioneiras e as participantes de eventos mantêm suas identidades preservadas por se tratarem de relatos já publicados ou proferidos em espaços públicos de livre acesso.

1.3 Sistematização e Técnica de Análise

O tratamento dos dados baseou-se na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011). A sistematização ocorreu por meio de um processo de categorização temática mediado por um gabarito de cores, que permitiu classificar e reagrupar os elementos conforme critérios definidos. Foram isoladas 34 categorias analíticas, tais como: Violência Política de Gênero, *Mansplaining*, *Gaslighting*, Teto de Vidro e Estratégias de Enfrentamento. Essa técnica possibilitou uma análise comparativa entre as narrativas públicas (eventos) e privadas (entrevistas) sobre o exercício do poder e as violências na gestão acadêmica

2 Análise e discussão dos dados

A violência, em suas múltiplas formas, é um fenômeno complexo e estrutural que permeia as relações de gênero, especialmente em espaços de poder tradicionalmente dominados por homens. Para compreender as nuances das agressões relatadas pelas reitoras, é preciso conceituar gênero para além do senso comum. Para Scott (1995), gênero não é apenas um tema sobre mulheres, mas uma ferramenta analítica que permite analisar como a

sociedade é estruturada e como o conhecimento histórico é produzido a partir da diferenciação entre os sexos e da atribuição de significados sociais a corpos sexuados.

A partir dos relatos das reitoras entrevistadas por mim e das que deram seus depoimentos públicos em eventos científicos e acadêmicos, analiso as diferentes manifestações de violência que essas mulheres enfrentam, tanto em suas trajetórias para alcançar cargos de liderança quanto no exercício dessas funções.

Por meio dos relatos obtidos foi possível identificar duas formas distintas de violência: a violência contra as próprias reitoras e a violência contra servidoras e estudantes. Neste artigo foco na primeira forma, a violência contra as reitoras.

Ouvi relatos de violências sofridas pelas reitoras durante suas campanhas eleitorais e no exercício do cargo. Essas violências, muitas vezes caracterizadas como violência política de gênero (VPG), incluem desde uso de *fake news* para deslegitimá-las, ataques machistas, desqualificações e até estratégias de intimidação e silenciamento. Termos como *mansplaining*, *maninterrupting* e *gaslighting* apareceram nos relatos, assim como a questão da apropriação pelos homens de propostas e ideias originalmente de mulheres, o chamado Efeito Matilda⁹ (Rossiter, 1993). As violências que se manifestam nas relações entre mulheres, destacando a complexidade das dinâmicas de poder e solidariedade entre elas também apareceram nos relatos que ouvi.

Desta forma, busco não apenas descrever essas violências, mas também refletir sobre as estratégias adotadas pelas reitoras para enfrentá-las. Essas estratégias variam desde o confronto direto até a criação de políticas institucionais que visam prevenir e combater a violência de gênero. A análise dessas experiências revela a importância de uma perspectiva feminista para compreender e transformar as relações de poder no ambiente acadêmico e político.

⁹ Apagamento sistemático da contribuição das mulheres.

Quando comecei a pesquisa, meu foco eram as violências que as reitoras teriam sofrido durante suas campanhas e, depois, durante o cargo, pois foi exatamente um relato de violência sofrida por uma delas que me levou a pensar no tema desta pesquisa. A violência não é um tema qualquer, não é um tema fácil de abordar, não é algo fácil de viver e sentir. O fato é que a violência chama atenção e talvez porque, na condição de mulher, eu a tenha sofrido nas suas mais diversas facetas que iniciei a pesquisa voltada para este tema. Porém, conforme fui estudando, lendo, desenvolvendo minha pesquisa, ouvindo as reitoras (seja pessoalmente nas entrevistas, seja nos eventos acadêmicos e no livro “Institutos Federais dos Brasileiros: A história contada por quem fez”), percebi que a violência era apenas um dos temas que atravessam a experiência dessas mulheres. Aos poucos, fui mudando meu foco de forma a olhar para a multiplicidade de experiências destas mulheres e entendendo que minha pesquisa deveria considerar essa diversidade. De qualquer forma, apesar de não ser mais o foco principal desta pesquisa, a violência não ficou de fora dos depoimentos. O machismo e a violência sofrida pelas reitoras nos espaços em que transitam apareceram nas falas de todas que entrevistei e em várias das falas das que participaram dos eventos científicos e acadêmicos que eu etnografei para a pesquisa.

Como a reitoria é um cargo eletivo, escolhido pela comunidade acadêmica e referendado pelo Presidente da República, considero que muitas dessas violências podem ser caracterizadas como violência política de gênero (VPG). Marlise Matos (2020) define violência política de gênero (VPG) como a violência principalmente contra as mulheres (negras e indígenas mais fortemente), baseada no gênero, que tem por objetivo inibir sua participação, enfraquecer sua atuação e/ou afastá-las da política. São violências que tem um objetivo comum: fazer as mulheres abandonarem, desistirem da política (Matos, 2022).

Para ser considerada uma VPG é necessário que a violência tenha como foco o gênero, seja baseada nas normas e estereótipos de gênero. Por isso, qualquer pessoa, não apenas mulheres, podem ser alvo dela. Um exemplo seria homens que são ridicularizados/hostilizados por se mostrarem mais

sensíveis (característica entendida como feminina pelo senso comum), ou por serem homossexuais. Além disso, não é qualquer violência cometida contra mulher no ambiente político ou relacionada à política que se caracteriza como VPG. Como exemplo trago duas situações ocorridas com Manuela D'Ávila. A primeira delas não se caracterizaria como VPG e é a *fake news* que dizia que ela tinha tatuagens de Che Guevara e Lênin. Não há, neste caso, relação com gênero, mas uma tentativa de associar a então candidata ao socialismo/comunismo. A segunda situação é uma VPG pois quando disputou a prefeitura de Porto Alegre em 2020, “(...) um candidato laranja usava o fato de ter se relacionado comigo na juventude como elemento legitimador de qualquer tipo de mentira e violência” (D'Ávila, 2022, p. 10).

Para Desirêe Ferreira, Carla Rodrigues e Silvia Cunha (2021, p. 32) “(...) a violência política contra as mulheres é uma espécie que se manifesta a partir de estereótipos de gênero e embates de poder que buscam minar o exercício dos direitos políticos de mulheres” e é importante ter ciência de que tanto a política partidária quanto a política acadêmica são espaços permeados por estas práticas. Quando falamos em política partidária, os exemplos de violência política de gênero são inúmeros e um dos mais marcantes é o assassinato/execução da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em 14 de março de 2018.

Se olharmos para os processos eleitorais dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), também perceberemos, de modo bem mais sutil, que esta violência se faz presente. Considero que esta violência contra as mulheres que se candidatam a reitoras e contra as próprias reitoras, tendo por base o simples fato de elas serem mulheres e visando impedi-las de acessar, enfraquecê-las e/ou tirá-las do cargo pode ser chamada de violência política de gênero na academia.

Esta categoria de violência política de gênero na academia, embora compartilhe com o campo político-partidário o objetivo central de inibir, enfraquecer ou afastar mulheres do exercício do poder, apresenta

especificidades vinculadas ao capital simbólico¹⁰ e à autoridade intelectual que regem o campo científico. A eleição para o cargo máximo da instituição mobiliza o uso deste capital pelas candidatas e candidatos e no caso das eleições para a reitoria, o prestígio acadêmico e o poder institucional se juntam para conferir à reitora ou reitor a legitimidade necessária para estar no cargo.

Enquanto na política partidária a VPG muitas vezes se manifesta por meio de ataques à imagem pública ou até mesmo violência física direta, na academia ela opera de forma sutil e sofisticada, focando na desqualificação da competência técnica e intelectual das reitoras. Estratégias como o *manterrupting*, por exemplo, são mobilizadas para minar a autoridade da reitora perante conselhos e colegiados. Além disso, a VPG acadêmica também é marcada pelo “Efeito Matilda”, o que, em contextos de gestão, traduz-se no roubo de projetos institucionais e na deslegitimação de lideranças femininas.

A reitora Márcia Moura (UnB), primeira mulher a exercer o cargo na instituição, ao ser perguntada sobre a percepção de machismo durante sua campanha, na *Mesa Redonda Compartilhando Vivências da II Jornada Feminismos Decoloniais em Questão*¹¹, relatou que uma das candidatas a acusou de usar o sexismo para se “fazer de coitadinha”, fato que repercutiu na Universidade, contribuindo para a criação de um movimento de mulheres chamado Mulheres com Márcia, que tinha por objetivo apoiar a candidatura da atual reitora (Estudos Decoloniais Carolina Maria de Jesus, 2021). Esse não foi o único relato que ouvi de mulheres sendo machistas com outras mulheres. Uma das entrevistadas comentou:

A gente não recebe só esses ataques dos homens. Recebe das mulheres, também, que acho que ainda não entenderam o que é o compartilhar, esse sentimento. Você vê outra pessoa no outro lugar, você coloca no lugar dela, você compartilha aquele sentimento de ‘poxa vida, ela está lá, tem que tomar

¹⁰ Segundo Bourdieu (2007), o capital simbólico refere-se ao reconhecimento, prestígio ou reconhecimento que validam outras formas de capital (econômico, cultural, social) quando são reconhecidas como legítimas e naturais pela sociedade.

¹¹ Disponível em <https://youtu.be/BD0exgC2hyA>.

aquela decisão e tal' e hoje eu acho que algumas pessoas são muito egoístas. Mulheres não podem errar. Homens podem. E a gente vai errar, em qualquer lugar a gente vai errar e qualquer pessoa vai errar. Mas, quando é uma mulher errando, presta atenção como é que a crítica é. (Relato de entrevista, 2024).

Já outra entrevistada falou da diferença que sentiu na sua relação com homens e mulheres na sua eleição: “Eu não tive problema com os homens. Eu tive problemas com mulheres. De fazer os preconceitos com relação ao que era o padrão de uma mulher na liderança”.

As entrevistadas falam, em vários momentos, da necessidade de lutar para que as mulheres conquistem mais espaço e isso pode levar à ideia de que exista uma união harmônica entre as mulheres para atingirem seus objetivos. Não desconsidero que a união das mulheres seja fundamental para que elas tenham suas conquistas, porém, é de certa forma ingênuo pensar que esta pauta das mulheres no poder (assim como tantas outras pautas) automaticamente coloque as mulheres “do mesmo lado”.

Alinne Bonetti (2003), questiona a ideia de que existiria uma “política no feminino”, isto é, uma forma de fazer política que seria naturalmente mais cooperativa, solidária e baseada em uma suposta “irmandade de gênero” entre as mulheres, e os relatos acima mostram um pouco disso. A autora argumenta que essa visão é nostálgica e idealizada, pois ignora o caráter conflituoso que é inerente às disputas políticas. A política é, por natureza, um espaço de conflitos, negociações e divergências, independentemente do gênero de quem participa. A ideia de que as mulheres, por serem mulheres, agiriam de forma mais colaborativa e menos competitiva é uma construção romantizada que não reflete a realidade complexa e plural das relações políticas. A autora sugere que é necessário desconstruir essa visão estereotipada, reconhecendo que as mulheres, assim como os homens, podem ser tanto cooperativas quanto competitivas, dependendo do contexto e dos interesses em jogo.

A reitora Sandra Goulart (UFMG), em depoimento público durante a *Mesa Redonda: Compartilhando Vivências, do evento II Jornada Feminismos*

*Decoloniais em Questão*¹², ressaltou que o machismo é velado e que é preciso estar muito atenta para perceber estas situações. Ela relatou que quando foi eleita vice-reitora, ela e o reitor eleito deram uma entrevista conjunta, porém na divulgação da entrevista somente a foto do reitor foi publicada. Nesta última eleição em que ela se elegeu reitora, também foi feita uma entrevista conjunta e no momento da publicação, ambos, reitora e vice (que é homem), apareceram na foto.

Após este fato, a professora realizou uma reunião com a equipe de Comunicação da Universidade, que à época era composta, em sua maioria, por mulheres, para chamar a atenção para este fato. O que torna fato interessante é que a equipe não tinha se dado conta desta situação. Ela também exemplificou como podemos nos contrapor e desafiar o machismo por meio de atitudes que parecem simples (porque o machismo está nas situações mais triviais): ela relatou que faz questão de ir em alguns lugares (reuniões e eventos) sem o seu vice, que é homem. Parece que as mulheres não podem andar sozinhas, precisam estar sempre acompanhadas de um homem para legitimar sua presença. Ela sente que muitas vezes as pessoas preferem falar com um homem do que com ela e por isso, vez ou outra, sai desacompanhada justamente para tensionar estes comportamentos (Estudos Decoloniais Carolina Maria de Jesus, 2021).

Para Letícia Kulaitis (2024, p. 2), “o gênero institui as relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos, e tais relações, em nossa sociedade, são marcadas pela distribuição desigual de poder entre homens e mulheres” e por isso, quando na presença de uma mulher e de um homem, este é quem será visto como aquele com condições de lidar com as situações usuais do espaço público, que é seu domínio, e não a mulher. Essa mesma situação também foi relatada por uma das reitoras entrevistadas:

Isso parece ser uma constante. Às vezes você está num espaço em que você é a reitora, mas se você está em companhia de um colega homem, não por causa dele, por ele fazer isso e tudo, mas as pessoas se dirigirem a ele ao invés de

¹² Disponível em <https://youtu.be/BD0exgC2hyA>.

mim, entendeu? Ou, então, tentar resolver as coisas sem... de não esperar você falar. (...) Dessa forma, eu vivencio essas situações e aí eu vou e, se ele não quer falar comigo, então ele fala por intermédio do outro, mas resolve. Para mim, isso aí é o que importa. Entendeu? (Relato de entrevista, 2024).

Estes dois casos são um exemplo de como, para Tássia Pinho (2020) a violência simbólica contra as mulheres na política seria uma forma de controle exercida sobre elas para reforçar e confirmar sua posição na hierarquia social. Ela não é uma violência física ou direta, mas age por meio de práticas, discursos e normas que naturalizam e legitimam as desigualdades sociais. Essa violência é “simbólica” porque opera através de ideias, valores e comportamentos que são internalizados pelas pessoas, fazendo com que elas aceitem sua posição na hierarquia como algo natural ou inevitável. O conceito de capital simbólico de Bourdieu (2007) nos faz entender que o cargo de reitor ainda é lido como um “atributo masculino”, gerando estranhamento quando ocupado por mulheres.

De acordo com os estereótipos de gênero, o lugar da mulher não é ocupando o mais alto cargo de uma IES. Logo, quando um homem e uma mulher se apresentam ao mesmo tempo, a tendência é achar que é o homem quem ocupa esta posição. Além disso, os estereótipos estabelecem que as mulheres não teriam competência para tratar de questões importantes, para tomar decisões, para discutir problemas das IES. Esta função seria melhor desempenhada por um homem e, por isso, a tendência de sempre ver um homem como reitor e não uma mulher. As mulheres causam estranhamento quando estão em posições de poder e Letícia Kulaitis (2024, p. 4) lembra que “(...) o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto”.

A professora Denise Carvalho (UFRJ) contou publicamente na *Mesa Redonda Compartilhando Vivências da II Jornada Feminismos Decoloniais*

em *Questão*¹³, que participou de duas campanhas eleitorais e numa delas quis escolher uma vice-reitora mulher. A equipe de campanha, no primeiro momento, não apoiou a ideia e disse que ela estava louca. A reitora, então, questionou por que se aceita sem críticas que dois homens formem uma chapa, mas duas mulheres não podem? Por que não se tem o mesmo comportamento? Somente após este questionamento é que a equipe reviu sua posição e ela pode montar sua chapa. Ela pontuou que o enfrentamento ao sexismo é algo que se faz todo dia, inclusive com sua própria equipe de trabalho (Estudos Decoloniais Carolina Maria de Jesus, 2021).

No caso da reitora Lucia Pellanda (UFCSPA), em depoimento público no evento a *Mesa Redonda A gestão das mulheres das universidades*¹⁴, ela relatou que durante sua campanha havia um professor da equipe que sempre a interrompia para explicar a sua proposta. Ela tinha que o interromper e dizer que tinha condições de falar sobre suas próprias propostas, o que é um típico exemplo de *manterrupting* e também de *mansplaining*. Além disso, ela relatou que muitas vezes uma proposta apresentada por uma mulher só foi considerada se um homem apoiasse esta proposta. Para a reitora, chegar nessa posição mais alta tem como consequência perceber mais claramente o machismo do qual é vítima em determinados momentos. Nunca sofreu tanto machismo como sente agora e considerou que percebeu isso porque está mais atenta e também por conta da época que vivemos, em que estes temas são mais abordados (Sou_Ciência, 2022).

Ana Beatriz Oliveira (UFSCAR), em depoimento público¹⁵, considera que ser reitora foi uma experiência marcante porque, no seu caso, tinha experiência acadêmica na área da fisioterapia, que é uma área mais feminina e até este momento não tinha vivenciado uma experiência em que a questão de gênero aparecesse com tanta força. Agora que está na gestão percebeu que o machismo ficou mais evidente. Ela relatou que é comum ter suas falas interrompidas em reuniões de conselho e ver propostas de mulheres sendo

¹³ Disponível em <https://youtu.be/BD0exgC2hyA>.

¹⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y3kfoSnfZ6A>.

¹⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y3kfoSnfZ6A>.

apresentadas por homens como se fossem deles (Sou_Ciência, 2022). Essa fala remete a uma situação muito comum na história da ciência, chamada de *Efeito Matilda*, isto é, quando um homem se apropria e ganha crédito pelo trabalho que foi feito por uma mulher (Rossiter, 1993). O trabalho da mulher não é reconhecido e ela sofre um apagamento, é invisibilizada. Margaret Rossiter cita vários casos ao longo da história em que isto aconteceu. Um deles é o de Lise Meitner, “(...) que trabalhou por décadas com Otto Hahn na Alemanha e quem, em 1939, percebeu que o que eles haviam feito, mas não conseguiam explicar, era na verdade a fissão nuclear”¹⁶ (Rossiter, 1993, p. 329). Em 1944, apenas ele recebeu o Prêmio Nobel por esta descoberta.

As reitoras entrevistadas também passaram por situações semelhantes:

A gente é muito calada, muitas vezes. Sobretudo na época de direção, que aí eu tinha que lidar com outros homens, nessas outras reuniões. Isso eu acho que é até hoje. Nas reuniões onde... hoje eu sou a reitora, então... na minha escola não tem gente que reage a mim por eu ser mulher, reage a mim pelo papel que eu estou. E aí reage não no feminino. Mas, em outras reuniões, ou com outros reitores, ou quando eu era diretora, com outros diretores, com o próprio reitor, eu fui muito silenciada. Eu e as outras mulheres que estavam comigo. Um silenciamento. Existe muito aquela coisa de você estar falando, deu uma ideia. Você falou assim: ‘vamos pintar o quarto todo de cor-de-rosa’. Aí, ah tá. Vem um outro homem e fala: ‘eu acho que esse quarto cor-de-rosa ficaria mais bonito’. ‘Então, vamos levar a ideia do fulano à frente porque o quarto cor-de-rosa é mais bonito’. **Esse roubo de ideias, esse silenciamento, essa interrupção de fala, isso tudo sempre me incomodou muito**. (Relato de entrevista, 2024).

Ao falar da sua experiência com outros reitores e também ao observar as relações entre reitoras e reitores no CONIF, é possível perceber que estar

¹⁶ “(...) who worked for decades with Otto Hahn in Germany and who, in 1939, realized that what they had done but could not explain was in fact nuclear fission”.

reitora não é uma garantia de não vivenciar violências, desrespeitos e constrangimentos relacionados ao gênero. Luiz Miguel e Flávia Biroli (2014, p. 105) consideram que “o acesso a posições formais na estrutura de poder não significa que se esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram”, principalmente se esses agentes são socialmente vistos como aqueles com o perfil adequado para estar nessas posições (neste caso, pelo fato de serem homens).

A reitora Márcia Moura (UnB) relatou publicamente¹⁷ que já teve que levantar a voz para dizer que não precisava de homem para fazer apresentação para ela em uma reunião (Sou_Ciência, 2022). Cláudia Marlière (UFOP) lembrou, em depoimento público¹⁸, de alguns comportamentos violentos que as mulheres (e reitoras) sofrem, como tentativas de violentá-las por meio da desqualificação da sua inteligência e saúde mental, o chamado *gaslighting*; da interrupção das falas, o *manterrupting*; das tentativas de explicar argumentos, o *mansplaining*, além do assédio moral e sexual (Sou_Ciência, 2022).

As entrevistadas abordaram, também, o tema das *fake news* e do assédio sexual. Com relação às *fake news*, este é um problema enfrentado nas eleições e que, pelo relato das reitoras, está presente na política acadêmica. De acordo com as entrevistadas, especificamente durante as campanhas houve o uso de *fake news* e de estratégias de intimidação contra elas por parte dos outros candidatos:

Entrevistada 1: Coisas assim que foram, de certa forma, a maneira de me intimidar. Nós estávamos em mesa, um do lado do outro no debate. O tempo todo ele ficava colocando água no meu copo. Isso, de certa forma, era... eu me sentia incomodada e eu dizia ‘eu não quero que você coloque água no meu copo’. Isso em pleno debate e ele insistia em colocar. Nunca vou esquecer num momento de um debate no campus [nome] em que ele escreveu assim: ‘vou entrar com pedido de impugnação da sua campanha por campanha

¹⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y3kfoSnfZ6A>.

¹⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y3kfoSnfZ6A>.

antecipada’. Afastou e me deu para eu ler. Quando eu li, **ele tentou me desestabilizar emocionalmente**, eu virei para ele e disse: ‘entre’. Então, foram coisas desse tipo. Eu tentava tirar de uma forma mais leve, mas mexia comigo. (...) Então, eram coisas desse tipo: de tentar me desestabilizar e eu tenho certeza que ele fazia isso pelo fato de eu ser mulher, porque se fosse outro homem ele não faria. (Relato de entrevista, 2024).

Entrevistada 2: Como você vê, como uma pessoa mais técnica **eu fui atacada com inverdades, com fake news**. Como eu fui Pró-reitora, dizer que eu favoreci, por exemplo, um deputado de uma cidade para botar um curso naquela cidade. Não era. (...). Assim, gente que queria... eles estavam tentando fazer uma campanha **para me desqualificar** nesse contexto. (Relato de entrevista, 2024).

Os relatos das reitoras entrevistadas revelam como a *violência política de gênero na academia* é uma estratégia sistemática utilizada para desestabilizar emocionalmente, desqualificar e deslegitimar mulheres em posições de poder. Uma das reitoras entrevistadas, em relato privado, descreveu como, durante um debate, um candidato tentou explicitamente desestabilizá-la emocionalmente, insistindo em gestos invasivos, como colocar água em seu copo repetidamente, e ameaçando impugnar sua campanha. Essas ações, que ela atribui ao fato de ser mulher, ilustram como a violência psicológica é empregada para minar a confiança e a autoridade das mulheres na política.

Além disso, outra reitora relatou ter sido atacada com inverdades e *fake news* que buscavam desqualificá-la e associá-la a favorecimentos indevidos. O mesmo aconteceu com outra entrevistada ao tentarem relacioná-la a posicionamentos extremistas, sendo chamada de “bolsonarista” ou de alguém que “acabaria com a democracia na escola”. Essas narrativas falsas, como aponta Adriana Franco (2022), são formas de violência simbólica que visam, ao final, excluir mulheres da vida política. Essas práticas estariam enraizadas em relações desiguais de poder, que naturalizam a violência contra mulheres

que desafiam os espaços tradicionalmente masculinos (Oliveira; Fonseca, 2019).

A Violência Política de Gênero (VPG), como observa Letícia Kulaitis (2024), é uma estratégia para manter o campo político do jeito que ele está configurado desde sempre: dominado por homens. Neste caso, a ordem de gênero estabelecida percebe a atuação política das mulheres como uma ameaça. Assim, as *fake news*, os ataques psicológicos, as demais violências e o medo que elas causam não apenas impactam individualmente as mulheres que os enfrentam, mas também reforçam barreiras que perpetuam a sub-representação feminina na política.

2.1 Assédios moral e sexual sofridos pelas reitoras

De acordo com o Ministério Público do Trabalho, assédio sexual é a conduta no ambiente de trabalho de “(...) natureza sexual, manifestada fisicamente, por palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual” (Brasil, 2017, p. 9). Já o assédio moral “(...) consiste na violação da dignidade ou integridade psíquica ou física de outra pessoa por meio de conduta abusiva” (Brasil, 2023, p. 7). Essas duas situações apareceram nas vivências das reitoras enquanto estavam no cargo ou concorrendo a ele.

No caso do **assédio sexual**, o tema se fez presente no relato de situações envolvendo estudantes, mas também experiências pessoais:

Certas abordagens, também, mais invasivas do ponto de vista da sexualidade mesmo. Eu acho que me incomodavam assim de... Eu sou uma pessoa muito brincalhona, muito expansiva e tal, mas isso não dá direito de ninguém fazer um outro tipo de piada para mim, comigo no privado. Isso já sofri muito. Eu já fui mais nova, mais bonitinha, então aí que tinha muito mesmo, sabe? **Passar a mão...** Quando a gente era nova, lá na [nome da instituição], nós, as professoras mais novas, tinha um secretário de ensino que passava a mão

na gente, nunca nas partes não, mas sabe, assim, um toque que não é o toque, não é ‘poxa, parabéns’. Não é esse toque que eu estou falando. (Relato de entrevista, 2024).

As reitoras usam diferentes estratégias para lidar com essas violências. Uma das interlocutoras exemplifica a resistência por meio da afirmação e do confronto firme ao narrar um episódio ocorrido em uma reunião no Ministério da Educação, na qual um colega reitor a orientou a “segurar a Maria Bonita” que havia nela. Em resposta imediata, ela afirmou que não a seguraria, pois sua “Maria Bonita” estava mais viva do que nunca, demonstrando que a firmeza e a recusa em baixar a guarda são essenciais para garantir o respeito em espaços de decisão historicamente masculinos.

Em contrapartida, outra gestora propõe uma forma de resistência baseada na rejeição da “masculinização” da conduta, defendendo que a gestão não deve adotar o que chama de “hormônio masculino”. Para esta reitora, a estratégia consiste em recusar a imitação de comportamentos autoritários tidos como masculinos, buscando construir autoridade e respeito por meio de resultados, do diálogo e de uma liderança pautada pela ética do cuidado. Essa dualidade de posturas reflete o paradoxo enfrentado por mulheres em cargos de poder (Melo; Thomé, 2018): a pressão social para adotar traços viris para serem validadas ou manter traços femininos sob o risco de serem vistas como inaptas ou frágeis.

O relato das reitoras sobre os assédios e as estratégias de enfrentamento adotadas por elas evidenciam como os estereótipos masculinos associados ao poder moldam as expectativas colocadas sobre as mulheres que ocupam espaços de poder. Ter mulheres nestas posições muitas vezes provoca um estranhamento, de tal forma que elas são vistas como uma ameaça ao ocuparem esses espaços.

Uma das entrevistadas descreveu situações de assédio, como toques inadequados e piadas invasivas, que reforçam a objetificação do corpo feminino e a ideia de que mulheres em espaços de poder devem tolerar violências para manter sua posição. Essas experiências estão enraizadas em

uma cultura que, como aponta Alessandra Ghiorzi (2021), associa as mulheres à irracionalidade, à emotividade e à fragilidade, características opostas ao estereótipo masculino de autoridade, marcado pela racionalidade fria, competitividade e agressividade.

Diante disso, as reitoras adotam estratégias diversas para lidar com essas violências: algumas optam pelo confronto direto, como a reitora que respondeu com firmeza a um colega que tentou desqualificá-la em uma reunião com o Ministro, afirmando que não iria “segurar a Maria Bonita” dentro de si. Outras, no entanto, rejeitam a imitação de comportamentos tidos como masculinos (quando este comportamento não é natural para elas), como a autoridade e firmeza, e buscam construir respeito por meio de resultados e resolução de problemas, sem renunciar ao seu jeito de ser. Essa dualidade também reflete o paradoxo descrito por Hildete Melo (2018), no qual mulheres em cargos de poder são pressionadas a adotar traços masculinos para serem respeitadas, deixando de lado sua feminilidade, ou a manter características associadas ao feminino, arriscando serem vistas como inaptas para o cargo que ocupam, já que essas características femininas são consideradas inadequadas para alguém que ocupe cargos de poder: sensibilidade e emoção seriam, por exemplo, associadas ao descontrole, irracionalidade e a histeria (Ghiorzi, 2021).

O que percebi é que não há uma única maneira de lidar com as violências cotidianas e, cada mulher, conforme toma consciência das violências que sofre, busca por diferentes estratégias para lidar com elas. De qualquer forma, esse enfrentamento não deixa de ser, conforme sinalizou uma das entrevistadas, mais uma coisa a compor a carga mental¹⁹ que afeta as mulheres: “Eu digo que essa é a outra **carga mental** que a gente tem que ter como mulher para ficar fugindo dessas coisas. Algumas vezes a gente tem força para enfrentamento e algumas vezes não”. Além disso, o enfrentamento também reforça a necessidade de desconstruir os estereótipos de gênero que

¹⁹ Carga mental é todo trabalho de organização e tomada de decisões referentes ao trabalho doméstico e a criação dos filhos, bem como com questões que dizem respeito às mulheres, como sua segurança, por exemplo.

associam o poder a comportamentos masculinos, como a racionalidade, a objetividade, a assertividade, a frieza.

No entanto, para além da diversidade de táticas individuais, os relatos evidenciam que a Violência Política de Gênero (VPG) na academia opera como um mecanismo sistemático de manutenção do *status quo*, visando inibir ou afastar as mulheres da política institucional. Diante desse cenário de hostilidade, as estratégias compartilhadas pelas gestoras revelam que o simples exercício cotidiano da liderança feminina constitui uma ruptura com a ordem tradicional. Portanto, a permanência dessas mulheres no cargo é, por si só, o ato de resistência política, pois o ato de “continuar ocupando” esses espaços de decisão assegura o direito à representatividade e desafia a hegemonia masculina nas instituições de ciência e tecnologia.

3 Considerações Finais

Ao concluir este recorte da pesquisa, volto o olhar para a constatação de que a violência não é um evento isolado na trajetória das reitoras, mas um elemento estruturante da política acadêmica. Os relatos ouvidos — seja nas entrevistas privadas, nos eventos públicos ou nos registros históricos das pioneiras — revelam que a presença de mulheres nos cargos máximos de gestão ainda causa um “estranhamento” nas instituições, gerando reações que variam do silenciamento sutil à agressão explícita. Conforme demonstrado, a entrada e permanência de mulheres nos cargos de reitoria tensionam as estruturas de poder das Instituições de Ensino Superior, que historicamente são reconhecidas como um espaço masculino.

A análise das violências sofridas, caracterizadas aqui como Violência Política de Gênero (VPG), demonstra que tais práticas funcionam como mecanismos de manutenção do *status quo*. A especificidade da VPG no campo acadêmico reside na manipulação do capital simbólico e da autoridade intelectual. Diferente da esfera político-partidária, onde a violência costuma ser mais explícita, na academia ela opera de forma sofisticada. O uso de *fake news*, *mansplaining*, o *gaslighting*, o Efeito Matilda, as interrupções

constantes e o assédio moral não visam apenas atacar a indivíduo, mas deslegitimar a mulher no poder, desqualificar a competência técnica das gestoras e invisibilizar suas propostas. Percebi, ao longo da investigação, que estamos vivenciando movimentos de *backlash* (Faludi, 2001), reações que tentam frear o avanço das mulheres justamente quando elas começam a ocupar mais reitorias.

No entanto, a resistência à violência também aparece nos relatos. As reitoras da Rede Federal e das UFs constroem estratégias diárias de enfrentamento. Seja confrontando o agressor publicamente, como no relato da reitora que se recusou a “segurar a Maria Bonita”, seja recusando a “masculinização” da gestão e apostando em uma liderança pautada pela ética do cuidado, essas mulheres estão ressignificando o exercício do poder.

A análise dos relatos evidencia que a violência política de gênero na academia não é um evento esporádico, mas uma ferramenta para manutenção de poder. Ao desqualificar as gestoras, interromper sistematicamente suas falas, apropriar-se de suas ideias ou atacar suas campanhas com mentiras, busca-se não apenas a reitora, mas o que ela representa: o avanço das mulheres em altos cargos de poder, ameaçando a hegemonia dos homens nestes espaços. A chegada de mulheres à reitoria ainda é percebida como uma ruptura da ordem tradicional, gerando reações violentas que tentam expulsar aquelas que ousaram ocupar esse lugar de decisão.

Contudo, a principal conclusão que este recorte permite é a de que a permanência dessas mulheres no cargo é, por si só, um ato de resistência política. As estratégias que elas compartilharam demonstram que estão ressignificando o exercício da liderança. Fica evidente, porém, que não podemos depender apenas da resiliência individual dessas gestoras se quisermos que mais mulheres estejam nesses locais de poder; é urgente que as instituições assumam o compromisso de criar mecanismos efetivos de proteção e combate à violência de gênero, garantindo que o “ocupar” desses espaços passe a ser um direito plenamente assegurado.

Referências

- BERGMANN, Carolina Giordano. *“Eu nunca pedi licença para estar nesses espaços. Eu só fui ocupando”*. *Reitoras na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Florianópolis. 2025. 372 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - UFSC, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/265496>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2011. *[Removido para avaliação]*
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Assédio Sexual no Trabalho - Perguntas e Respostas*. Brasília, DF: TEM/ASCOM, 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/8253/1/wcms_559572.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026.
- BRASIL. Controladoria Geral da União. *Guia Lilás: Orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal*. Brasília, DF: CGU/ASCOM, 2023. Disponível em: <https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/server/api/core/bitstreams/1673bddf-7fec-44df-bd06-cdb4ccf8fff1/content>. Acesso em: 27 abr. 2026.
- BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 177–203, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas. Organização, introdução e notas de Sergio Miceli*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CAMPELLO, Gabriella Vasconcellos de Araújo. *A construção da carreira de reitoras: um olhar sobre as Universidades Federais*. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) — Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). *Institucional*. c2023. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/>. Acesso em: 4 set. 2023.
- D’ÁVILA, Manuela (org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- ESTUDOS DECOLONIAIS CAROLINA MARIA DE JESUS. *Mesa Redonda | Compartilhando vivências | II Jornada*. YouTube, 3 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BD0exgC2hyA>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; REA, Caterina Alessandra; GROSSI, Miriam Pillar. À sombra dos homens: a participação de mulheres na biologia no sul do Brasil. In: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (org.). *Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 277–296.

FERREIRA, Desirê Cavalcante; RODRIGUES, Carla de Oliveira; CUNHA, Silvia Maria da Silva (org.). *Relatório 2020-2021 de violência política contra a mulher*. Brasília: Transparência eleitoral, 2021. 159 p. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Relatorio-de-violencia-politica-contra-a-mulher-Observatorio-2021.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

FERREIRA, Lucelena. *Manual antimachismo: como enfrentar agressões de gênero no ambiente profissional*. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/605426>.

FRANCO, Adriana Alves. *Violência política de gênero: do conceito à realidade brasileira*. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Acesso em: 14 abr. 2023.

GHIORZI, Alessandra Caroline. *Gênero e poder nas políticas públicas: Um estudo sobre o processo de implementação da política de financiamento público de campanha para as candidatas às eleições de 2020 em Porto Alegre (RS)*. 2021. 91 f. Projeto de Pesquisa (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Acesso em: 28 maio. 2021.

HERRERA, Vânia Érica. *A Vitrine da Inclusão e o Espetáculo de Nicolau: a Ascensão Profissional da Mulher Acadêmica em Cargos de Gestão em Instituições de Ensino Superior no Brasil*. 2019. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

IGNOTOFSKY, Rachel. *As Cientistas: 50 Mulheres que Mudaram o Mundo*. São Paulo: Blucher, 2017.

KLÖPPEL, Bruna; GROSSI, Miriam Pillar. Um olhar de gênero sobre a história das mulheres na Antropologia brasileira: Ruth Cardoso e Eunice Durham. In: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (org.). *Teoria feminista e produção de conhecimento situado: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 29–40. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217561>.

KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. “Os Homens Estruturam um Mundo Deles e para Eles”: A Violência Política de Gênero como Estratégia Ortodoxa de Reprodução do Campo Político. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, p. 1–20, 2024.

LIMA, Adriana dos Santos Marmori. *Enlaces entre governança universitária e gênero: trajetórias de mulheres reitoras nas Universidades Estaduais da Bahia*. 2018. 212 f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia. et al. (org.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 109–142.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Instituições da Rede Federal*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MORAES, Liege Viviane dos Santos de. *A Trajetória de Reitoras em Santa Catarina: “Ser Mulher é Apenas um Detalhe”?* 2008. 256 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes de; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Amor e violência em jogo: descortinando as relações afetivo-sexuais entre jovens à luz de gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 23, p. 1-16, 2019.

PHILIP, Claire. *101 Mulheres Incríveis que Transformaram a Ciência*. Cotia: Pé de Letra, 2020.

PIMENTA, Pauline Freire. “Lugar de mulher é na reitoria”: análise discursivo-crítica das formações identitárias e das relações de poder de mulheres do alto escalão nas IFES mineiras. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PINHO, Tássia. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1–14, 2020.

RÁDIO IFC WEB. *Programa Infoqui com Luciana Massukado*. YouTube, 23 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n0ii9xOPEbs>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ROSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda Effect in Science. *Social Studies of Science*, v. 23, n. 2, p. 325–341, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 71–99, 1995.

SILVA, Jesué Graciliano da (org.). *Institutos Federais dos Brasileiros: A história contada por quem fez*. São Paulo: Artliber Editora Ltda, 2023.

SOU_CIÊNCIA. *A gestão das mulheres das universidades*. YouTube, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y3kfoSnfZ6A>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SOUTO, Gisleule Maria Menezes; SOUTO, Luana Mathias. (Des)velando o Feminismo Decolonial: reflexões sobre a violência política de gênero na América Latina. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 49, n. 2, p. 218–237, 2022.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 679–690, 2016.

Recebido em janeiro de 2026
Aprovado em junho de 2026.